

Pela paz e o perdão, contra a radicalização: militares e políticos contra o revanchismo durante a transição política (1979-1985)

Lucas Alves da Silva¹

Resumo: Em meio ao processo de abertura política, um tema preocupava os militares: a possível punição dos agentes da ditadura pelos crimes cometidos contra os Direitos Humanos. Nosso objetivo aqui é refletir sobre o posicionamento dos militares e de políticos atuantes no período a respeito do tema, bem como analisar as justificativas utilizadas pelos mesmos para tentar barrar e desqualificar processos que poderiam resultar em agravos para os militares. Para tanto, analisaremos as publicações dos jornais *Diário do Paraná* e *Correio de Notícias*, ambos editados na cidade de Curitiba. As edições analisadas foram publicadas entre 1979 e 1985, que compreendemos como período de transição política. Em nome de uma suposta pacificação e uma política de “mãos estendidas”, no sentido de conciliação, tivemos um período de arbítrio que não resultou em punição aos militares, mesmo identificada e confirmada o uso da violência como prática política por parte do Estado.

Palavras-Chave: Redemocratização; Ditadura; Revanchismo.

¹ Professor colaborador do Departamento de História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Doutorando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestre em Sociedade e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) e graduado em História pela UNESPAR. E-mail: lucas.asl37@gmail.com.

For peace and forgiveness, against radicalization: military and politicians against revanchism during the political transition (1979–1985)

Abstract: In the midst of the process of political openness, one theme worried the military: the possible punishment of agents of the dictatorship for crimes committed against Human Rights. Our objective here is to reflect on the position of the military and politicians active in the period regarding the subject, as well as to analyze the justifications used by them to try to stop and disqualify processes that could result in harm to the military. For that, we will analyze the publications of the newspapers *Diário do Paraná* and *Correio de Notícias*, both published in the city of Curitiba. The editions analyzed were published between 1979 and 1985, which we understand as a period of political transition. In the name of a supposed pacification and a policy of “extended hands”, in the sense of conciliation, we had a period of authoritarianism that did not result in punishment of the military, even though the use of violence as a political practice by the State was identified and confirmed.

Keywords: Redemocratization; Dictatorship; Revanchism.

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O
REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979–1985)

SILVA, L. A. DA.

Introdução

Em nome de um futuro de “progresso e desenvolvimento”, era preciso olhar para o futuro sem exumar as vítimas do passado. Este era o ideal defendido por militares de diferentes áreas dentro das Forças Armadas durante o período de abertura política iniciado em 1979, com o governo do General João Batista Figueiredo. Sem tratar as feridas do passado com o rigor que as mesmas mereciam, tivemos a naturalização da violência como prática estatal e a crença no papel dos militares como tutores da nossa democracia. Buscando refletir sobre tais questões, nosso objetivo é analisar o posicionamento dos militares e de políticos atuantes no período a respeito do temor de um possível revanchismo, bem como as justificativas utilizadas pelos mesmos para tentar barrar e desqualificar processos que poderiam resultar em condenações de militares por crimes cometidos contra os Direitos Humanos. As análises realizadas apontam também para o processo de construção de memórias a respeito do que foi a ditadura, o papel dos militares e as consequências deste período para a construção da nossa ainda frágil democracia.

Para a realização da investigação aqui proposta, analisaremos algumas reportagens publicadas pelos jornais *Correio de Notícias* e *Diário do Paraná*, entre os anos de 1979 e 1985, que correspondem ao último governo militar do ciclo iniciado com o golpe de 1964. No referido período, os jornais paranaenses expressavam expectativas e temores sobre o futuro da política brasileira após a queda dos mecanismos de controle e vigilância impostas pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5) – mesmo que mantidas algumas salvaguardas –, momento que aqui consideramos como marco inicial da abertura democrática, ainda que o projeto de distensão iniciado no governo do General Ernesto Geisel estivesse em curso desde 1974. Lembramos que o processo de distensão, nas palavras de Rodrigo

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979–1985)

SILVA, L. A. DA.

Patto Sá Motta^I, “não visava restabelecer a democracia, e sim garantir mais estabilidade e maior duração ao regime autoritário, ainda que em versão menos severa em comparação com o quadro anterior”. Tal reflexão está pautada na ideia de que a transição ocorreu seguindo uma lógica de manutenção de posições e privilégios, sem criar rupturas e tendo o medo como um dos principais motivadores das ações políticas no período.

A respeito dos periódicos analisados, destacamos que ambos foram fundados e editados na cidade de Curitiba, e circularam principalmente na capital e região metropolitana. Fundado em março de 1955, o jornal *Diário do Paraná* compunha a rede dos Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand. Segundo classificação realizada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), tratava-se de um jornal de caráter opinativo e tendência moderada em relação a seu posicionamento político^{II}. Encerrou sua circulação em janeiro de 1983. Já o *Correio de Notícias* foi fundado em maio de 1977, e teve três fases distintas, circulando até 1992. Na primeira delas, circulou de sua fundação até dezembro de 1979. Na segunda, funcionou entre os meses de março e o fim de maio de 1980. Em sua última fase, o jornal circulou de maio de 1984 até dezembro de 1992. O jornal esteve ligado a grupos políticos de oposição à ditadura militar, em especial ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 1980, um dossiê do SNI^{III} que abordava os aspectos psicossociais do Paraná e Santa Catarina apontou, no espaço destinados a analisar os meios de comunicação, que o *Correio de Notícias* estaria dando ampla cobertura aos movimentos sociais e às entidades de caráter contestatório que se desenvolveram próximos da capital paranaense.

Durante a abertura política, é possível observar o temor dos militares por um possível “revanchismo” por parte das esquerdas, em especial das pessoas e

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979–1985)

SILVA, L. A. DA.

grupos que sofreram com a perseguição política e repressão ocorridas durante a ditadura. Conforme aponta Marcos Napolitano^{IV}, o receio dos militares era de que fossem elaboradas políticas públicas que tivessem como objetivo apurar os crimes contra os Direitos Humanos cometidos pelos agentes da repressão e os mesmos fossem posteriormente punidos por suas ações, fato que nunca veio a ocorrer até o momento. Para efetivação da transição dentro da ordem militar, a ação das camadas populares precisava ser limitada, o que impediu a construção de uma democracia sob bases mais inclusivas, mas garantiu a permanência de aspectos autoritários, ancorados em valores liberais.

Outro ponto importante para pensar a redemocratização e manutenção dos privilégios militares foi a Lei de Anistia de 1979 (Lei nº 6.683). O perdão induzido, operado por meio de tal mecanismo legal, foi concedido tanto aos que lutaram contra o regime quanto aos militares que haviam cometido abusos em nome do Estado. Para Jeanne Gagnebin, a anistia implica na imposição do esquecimento, assim, “impor um esquecimento significa, paradoxalmente, impor uma única maneira de lembrar – portanto um não lembrar”^V. No entender de Daniel Aarão Reis^{VI}, este não lembrar que orbita em torno da Lei de Anistia no Brasil apresenta três formas distintas: “o silêncio sobre a tortura e os torturadores; o silêncio sobre o apoio da sociedade à ditadura; e o silêncio sobre as propostas revolucionárias de esquerda, derrotadas entre 1966 e 1973”.

Os pontos levantados pelo autor indicam como a anistia suscitou um acordo de paz com o passado, com o intuito de evitar desgastes futuros. Tal fato implicou em não criminalizar os torturadores e assassinos e em não denunciar a parcela da sociedade civil que participou e financiou o golpe, que, por conta da forte pressão popular contra os militares durante as mobilizações pela redemocratização, não desejava ter sua figura atrelada a eles, de modo especial

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979–1985)

SILVA, L. A. DA.

o empresariado. Carlos Arturi^{vii} destaca que o rígido controle dos militares sobre a transição foi fundamental para que os membros da elite civil ligados ao regime autoritário brasileiro garantissem sua sobrevivência e ampla participação política após a redemocratização. Por último, a anistia resultou também em não trazer a público os objetivos dos grupos de esquerda, que apresentavam propostas de sociedade que colocavam em risco a hegemonia capitalista e que poderiam, e talvez ainda possam, representar um temor de que articulações fossem retomadas e ganhassem força, suscitando uma maior penetração de camadas populares na elaboração de políticas de Estado, algo combatido pelos militares e seus confrades.

Por conta destas e outras ações ocorridas durante o período de abertura, podemos afirmar que tivemos uma transição tutelada e controlada pelos militares, com foco no processo de reconciliação, que buscou a todo momento barrar quaisquer faíscas de punição aos aquartelados. Desta forma, tivemos um trabalho de memória que acabou por fomentar entendimentos controversos sobre o papel político das Forças Armadas na sociedade, como a ideia de que aos militares caberia a função de “guardiões” da democracia no país, o que acaba por distorcer aspectos da própria democracia, que estaria sob a vigia constante das casernas. Para Caroline Bauer, o processo de redemocratização, baseado no ideal de reconciliação, “[...] teve como consequência o estabelecimento da desinformação e do silêncio”^{viii}, fatores utilizados como mecanismo para garantir que os militares e as elites alinhadas ao poder permanecessem na dianteira do processo de transição.

Apesar de toda luta por parte das vítimas da ditadura e das ações dos defensores dos Direitos Humanos para impedir o silenciamento dos abusos cometidos durante este período da nossa história recente, a ausência de uma

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979-1985)

SILVA, L. A. DA.

memória coletiva a respeito destes anos é um dos elementos que tem barrado a efetivação da justiça de transição. A ausência de punição tem sido utilizada, no presente, por negacionistas e revisionistas, como justificativa para uma série de condutas, discursos e uma ideologia repressiva que permanece atuante e que dá voz a uma determinada “comunidade de memória”^{ix}, que sustenta posicionamentos autoritários e lembra com saudosismo o período em que os militares estiveram no poder^x. Podemos inferir que se trata de uma evidência de como a proposta de reconciliação e esquecimento induzido, liderada pelos militares, se mostrou eficiente, assim como da importância de abordar publicamente este tema. É preciso destacar que muitos apoiadores do regime militar reconhecem toda a violência praticada e, mesmo assim, continuam defendendo tais ações.

Por meio dos jornais e tendo como amparo analítico as discussões sobre cultura política, esperamos fazer uma leitura do período selecionado que nos permita identificar práticas e pensamentos que ainda revigoram na memória social. Ao trabalhar com a imprensa, Tânia Regina De Luca e Ana Luiza Martins^{xi} assinalam que é preciso partir do pressuposto de que se tratam de empresas que negociam um produto “capaz de formar opiniões, (des)estimular comportamentos, atitudes e ações políticas”. Ao escolher um jornal como fonte histórica é preciso “pensá-lo a partir de suas parcialidades, a começar pela observação do grupo que o edita, das sociabilidades que este grupo exercita nas diferentes conjunturas políticas, das intenções explícitas ou sutis em exaltar ou execrar atores políticos”^{xii}. Nesta seara jornalística, é tarefa necessária problematizar a pretensão dos veículos de comunicação em se colocarem como canais de transmissão neutros e objetivos, visto que a imprensa busca se legitimar como autoridade justamente ao evocar-se como portadora da verdade

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979–1985)

SILVA, L. A. DA.

e mediadora imparcial de informações. Neste jogo mercadológico no qual a imprensa atua, “é ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente”^{xiii}.

Outro aspecto histórico e temporal inerente aos meios de comunicação, diz respeito à maneira na qual eles “organizam a temporalidade vivida por meio da oferta de uma narrativa que é diariamente compartilhada, simultaneamente, por diferentes estratos da sociedade, individual ou coletivamente”^{xiv}. Sob tal perspectiva, o jornal acaba por exercer o papel de produtor de sentidos passíveis de inscrição na memória social^{xv}, em um movimento operado por meio de estratégias de visibilidade e silenciamento. Entendemos que o conteúdo veiculado pelos jornais tem potencial propagador de sociabilidades, de reverberar ideias e contribuir para a construção e perpetuação de opiniões e da cultura política por onde circula.

Vale salientar que a categoria cultura política, estando ligada diretamente ao culturalismo, compreende um conjunto de “normas e valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro”^{xvi}. Motta acrescenta que diversos elementos podem fazer parte deste referencial que constitui uma cultura política, podendo os mesmos serem transformados com o passar do tempo, em um “[...] processo em que atuam tanto a memória como a historiografia, além da literatura, da cultura visual e das diferentes mídias”^{xvii}. Em uma mesma sociedade coexistem diversas visões e posicionamentos quanto às representações elaboradas, a depender das experiências, grau de formação, interesses e outros fatores, específico de cada grupo e realidade social, podendo o conceito ser trabalhado no plural, com a ideia de que há culturas. Neste sentido, acreditamos que o uso da categoria

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O
REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979–1985)

SILVA, L. A. DA.

cultura política pode contribuir para uma melhor compreensão de como o Estado e a imprensa operaram para garantir que o esquecimento e a condenação do revanchismo, aqui utilizada como prática política, suscitasse na população uma leitura comum desse passado traumático, em que prevaleceu a defesa da reconciliação como princípio, e não de justiça propriamente dita.

Tendo no horizonte a discussão teórica da cultura política, os objetivos e fontes apresentadas, esperamos gerar reflexões sobre ideais que se desenrolaram durante o período de transição política, em especial a defesa da impunidade aos militares, e que se fazem presentes até os dias atuais, interferindo no nosso contexto democrático e em nosso horizonte de expectativas.

Pacificação x Revanchismo: a presença do passado durante a transição política

Desde os momentos iniciais após o golpe de 1964, o Brasil passou a assistir cenas de violência e repressão executadas sob ordens, aprovação ou ciência do governo federal. Ao tratar dos crimes e abusos cometidos durante a ditadura militar iniciada em 1964, é fundamental abordar o que significou o AI-5. Até 1968, tais arbitrariedades eram realizadas sem o respaldo direto das leis vigentes, mas com a conivência do poder executivo, já a partir de dezembro do mesmo ano, tivemos a institucionalização da violência com a promulgação do AI-5, que oficializou o regime militar como uma ditadura. Após um ano agitado, não só no Brasil, mas no mundo, em especial em razão da Revolução Cultural que agitou a juventude de vários locais do globo, bem como das grandes movimentações por parte dos trabalhadores brasileiros, com destaque para as greves de metalúrgicos de Contagem, região de Minas Gerais, e Osasco, região de São

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979–1985)

SILVA, L. A. DA.

Paulo, organizadas por grupos de esquerda ligados ao Partido Comunista Brasileiro, os membros da chamada “linha dura” dos quartéis passaram a exigir o endurecimento das ações repressivas contra os opositores do regime.

Os membros da “linha dura” defendiam o uso da violência sob a justificativa de que o Brasil só conseguiria o desenvolvimento almejado se “eliminasse a subversão e a corrupção que eles entendiam marcar, sobretudo, os políticos civis”^{xviii}. Esta ala militar já havia se colocado contra a forma com que o ex-presidente General Humberto Castelo Branco e seus apoiadores – os castelistas – conduziam o governo. Deste modo, defendiam uma maior centralização de poder no executivo e o recrudescimento do autoritarismo no combate aos opositores do regime. O fato considerado o estopim para que o então presidente General Artur da Costa e Silva decretasse o AI-5, teria sido o episódio político envolvendo o deputado Márcio Moreira Alves^{xix}, do MDB^{xx}, que aguçou ainda mais os ânimos deste grupo de militares, embora o desejo pelo uso maior da força fosse uma exigência iniciada anos anteriores. Com tais medidas, o governo “passou a ter plenos poderes para suspender direitos políticos dos cidadãos, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, cassar mandatos eletivos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos etc.”^{xxi}, além de colocar o congresso e as assembleias legislativas estaduais em recesso por prazo indeterminado.

O AI-5 buscou acabar com toda e qualquer forma de resistência ou oposição mais enfática ao governo militar, que passou a operar por meio de usos e abusos da violência, práticas que os militares tentaram e ainda tentam esconder da história do nosso país – embora alguns, sem o mínimo pudor, exaltem torturadores em espaços públicos e os tratem como heróis nacionais. De acordo com Ricardo Antunes e Marcelo Ridenti,

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979–1985)

SILVA, L. A. DA.

inúmeros estudantes, operários, intelectuais, políticos e outros opositores dos mais diversos matizes foram presos, cassados, torturados, mortos ou forçados ao exílio, após a edição do AI-5. Rígida censura foi imposta aos meios de comunicação e às manifestações artísticas. O regime militar dava fim à luta política e cultural do período, reprimindo duramente qualquer forma de oposição. “Anos de chumbo” viriam a suceder o “ano rebelde” de 1968^{xxii}.

O que temos, assim, é a elevação no grau de autonomia e prática da violência – em especial da tortura – como ação operacional, com maior ênfase na atuação dos órgãos de informações que tinham como objetivo desarticular os possíveis focos de oposição política. Nesta direção aponta Priscila Antunes^{xxiii}, ao afirmar que tais órgãos tinham como limites “apenas o interesse do governo militar em preservar os seus aspectos de legitimidade, freios que ficariam completamente suspensos no período imediatamente subsequente à edição do AI-5”. Além deste relato, vale ressaltar que o AI-5 permitiu ainda que se efetuassem prisões sem acusação formal e sem mandato, e que, devido às restrições ao Judiciário, advogados que defendiam presos políticos se viam impedidos de aplicar garantias legais^{xxiv}. Como podemos notar, os abusos de poder e a perda de direitos, como a simples comunicação e direito à defesa, a exposições a situações de violência psicológica e cenas vexatórias e de humilhação, tornaram-se frequentes, além, é claro das inúmeras mortes, desaparecimentos e violência física, tudo isso tendo ao fundo a certeza da impunidade.

Por parte dos militares, temos um discurso que busca defender seus companheiros de farda de possíveis punições, posição defendida também por grupos apoiadores da ditadura, já por parte de alguns políticos, mesmo de oposição, temos uma luta contra o que era entendido como revanchismo, isso

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979–1985)

SILVA, L. A. DA.

porque tal posicionamento poderia levar o governo militar a retroceder no processo de redemocratização que estaria em curso. A partir de 1979, com o fim do AI-5^{xxv}, promulgação da Lei de Anistia e retorno do pluripartidarismo, fatos que acabaram por ampliar as possibilidades de contestação ao governo por parte da imprensa e da sociedade de modo geral, temos uma guerra de narrativas e interpretações sobre o lugar do passado neste Brasil que se queria democrático. Apesar dos avanços, é preciso salientar que, mesmo que a total retirada das restrições políticas tivesse ocorrido, sabemos que ela não é garantidora da democracia, visto que tal sistema implica, além do fim do veto à ação política, em uma maior e mais efetiva participação popular na política e na incorporação de valores democráticos pelos agentes políticos.

Ao comentar sobre o futuro político do Brasil, no dia 18 de junho de 1979, em Lisboa, Portugal, em reunião com seus correligionários do Partido Trabalhista Brasileiro, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, disse que “os militares não representarão uma grande preocupação, porque a organização popular, através de um partido prestigioso e forte, vai discipliná-los”^{xxvi}. A fala gerou um desconforto enorme no exército e entre membros e apoiadores do governo. O então ministro do exército, General Walter Pires de Carvalho, emitiu uma nota repudiando a fala de Brizola, alegando que o mesmo não teria autoridade para ditar normas às forças militares e que o ex-governador, que se encontrava exilado desde 1964, seria um subversivo, e as Forças Armadas obedeceriam exclusivamente ao presidente da República.

Já o secretário de imprensa do Palácio do Planalto, Marco Antonio Kraemer, ao comentar a fala de Brizola e a nota de Walter Pires, alegou que “quem semeia ventos colhe tempestades”^{xxvii}. As falas do secretário e do ministro do exército demonstram certo tom de ameaça e de um futuro de retaliações a quem

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979–1985)

SILVA, L. A. DA.

ousasse tomar alguma atitude contra os militares, o que lançava dúvidas e receios quanto ao processo de transição que havia acabado de se iniciar. Os posicionamentos expressos deixaram em evidência qual seria a tônica da transição, a qual, arquitetada pela cúpula militar, não colocaria em risco os privilégios das casernas e reprimiria aqueles que tentassem se distanciar do roteiro “lento, gradual e seguro”, traçado para garantir uma abertura sem transtornos para os que se encontravam no poder.

Em dezembro de 1979, o chefe do Estado-Maior do Exército, General Ernani Ayrosa, repeliu o que chamou de “campanhas insidiosas e planejadas” que estariam tentando desestabilizar o meio militar, “sob o manto de uma pretensa justiça, coberta por um revanchismo capenga”^{xxviii}. O general prosseguiu e afirmou, para os que pretendiam o julgamento da “revolução de 1964” – como era e é chamado o golpe civil-militar de 1964 por seus apoiadores –, que a mesma não seria julgada “porque está acima da vontade dos derrotados. Será, sim, cada vez mais exaltada na memória dos brasileiros, adquirindo, com o entoque do tempo, o valor histórico de uma ação que salvou um jovem país do jugo fatal do comunismo”^{xxix}. Notamos aqui a tentativa de desqualificar aqueles que buscaram justiça contra os crimes cometidos durante a ditadura, visto que o próprio termo “revanchismo” passou a ser utilizado para adjetivar negativamente ações da oposição que objetivavam alguma responsabilização aos agentes da ditadura.

Temos ainda a tentativa de justificar as medidas truculentas por parte do Estado trazendo uma imaginada ameaça comunista à cena e exaltando as Forças Armadas por terem, supostamente, salvado o país. Como argumentos para defender o uso desenfreado do aparato repressivo do Estado, os militares ressaltavam o seguinte a respeito dos objetivos do regime: “praticar o

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979-1985)

SILVA, L. A. DA.

autoritarismo no presente prometendo a democracia no futuro^{xxx}. Ou seja, toda e qualquer ação do Estado era realizada por um bem maior, que seria o resgate da moralidade perdida e o combate aos fantasmas do comunismo. É comum os próprios militares apontarem para os atos de violação de direitos e abusos como exceções à regra, como casos isolados, cometidos por agentes que quebraram protocolos. Com este discurso, afastam de si próprios as responsabilidades sobre crimes contra os Direitos Humanos que, como se sabe, tornaram-se rotina após o AI-5. Tais perspectivas acabaram, entre outras coisas, por normalizar excessos por parte de agentes de Estado, que continuam, ainda nos tempos atuais, agindo com níveis de violência desmedida.

Também condenando qualquer forma de revanchismo, em fevereiro de 1981, o então Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, divulgou nota repelindo possíveis radicalismos. A nota na íntegra, publicada pelo *Diário do Paraná*, dizia o seguinte:

Se terroristas anistiados podem, hoje, com a tranquilidade de homens livres, reescrever a história dos vencidos, é porque aos vencedores mais importava o reencontro histórico que hoje vivemos, que a vingança estéril e sem futuro. Fomos violentos, injustiças existiram e erros não negamos. Tudo como só um tempo de dor e sofrimento sabem ser. Mas a quem pode interessar o julgamento de uma fase ultrapassada? Aos vencedores que reafirmam, a cada dia, a sua fé nos valores da democracia ou aos vencidos que, na clandestinidade, julgavam-se heróis, no cárcere, vítimas indefesas e, em liberdade, arautos de um pacifismo hipócrita. Em verdade, o que se pretende agora, exumando supostas vítimas do passado, é tumultuar um presente de paz e tranquilidade que não interessava e continua não interessando aos que se venderam ao credo do quanto pior, melhor. O Ministério da Aeronáutica, como instituição nacional, não está preocupado com a repetitiva retórica

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979–1985)

SILVA, L. A. DA.

desta minoria comprometida, porque confia que a sociedade brasileira saberá negar o espaço cênico para que esta trupe de fanáticos monte mais uma tragédia para o Brasil^{xxxI}.

A nota do ministro começa com uma menção indireta à Lei de Anistia de 1979, que concedeu o perdão judicial aos que cometeram crimes considerados políticos, com exceção dos chamados “crimes de sangue”, que compreendem sequestros e atos considerados terrorismo, assaltos e atentados pessoais^{xxxII}. Em compensação, os crimes de tortura cometidos pelos agentes militares sob a tutela do Estado, conforme admitido pelo próprio brigadeiro Délio Jardim, receberam perdão. Ao referir-se ao “reencontro histórico” que estariam passando no período, ele aponta para o que alguns simpáticos da ditadura chamam de objetivo da “revolução”, que seria, ironicamente, a democracia, e os eventos anteriores seriam etapas pelas quais seria inevitável passar para que alcançassem o que se almejava. De modo parecido, o General Ernani Ayrosa também já havia afirmado “que a revolução de março de 1964, não cumpriu ainda sua missão” e que “só atingirá sua finalidade com o estado democrático pleno, onde todos estejam conscientes que os interesses nacionais sobrelevam as ambições pessoais”^{xxxIII}.

Vale sublinhar que o projeto de distensão iniciado por Geisel tinha como propósito “antes institucionalizar a ditadura e garantir sua estabilidade do que democratizar o país”^{xxxIV}. Há uma tentativa de valorizar as ações militares e justificar os anos de exceção, demonstrando como suas ações, sem mencionar todo o arbítrio, teriam sido frutos de um projeto que sempre teve a democracia como objetivo. Uma estratégia discursiva que acaba por subverter os valores democráticos e tenta apagar do passado militar os rastros deixados justamente pela ausência de democracia, a qual se ancorou na justificativa de luta contra o

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979–1985)

SILVA, L. A. DA.

comunismo, contra a subversão e a favor da moralidade. Sob a alegação de terem devolvido a democracia ao país, as Forças Armadas se colocam como sua guardiã, logo, todos os atos de arbítrio cometidos deveriam ser relevados.

Na tentativa de mudar o foco para o futuro e esquecer o passado recente, temos uma narrativa que condena os que buscaram o reconhecimento dos acontecimentos, dos traumas e feridas abertas pela violência da ditadura. Délio Jardim, que desejava manter o passado distante, destacou que o presente de paz e tranquilidade, apesar de todo cenário de instabilidade econômica e social que o país atravessava, poderia ser interrompido caso aqueles chamados de “fanáticos”, que haviam sido vítimas da ditadura, passassem a exigir justiça. A tragédia a que se refere o brigadeiro não fica explícita, mas podemos inferir, entre outras coisas, que se tratava de uma nova radicalização por parte do governo, na tentativa de barrar possíveis avanços dos grupos de esquerda, que se encontravam desmobilizados naquele momento em matéria de luta armada, especialmente se comparados a meados da década de 1960 e início de 1970. Podemos indagar ainda se o desastre seria o não cumprimento das etapas de abertura prometidas pelo presidente João Figueiredo.

Na esteira destas alegações, o General Danilo Venturini, ministro chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, ao comentar sobre a nota do brigadeiro, ponderou que o objetivo do repúdio dos ministros militares ao revanchismo seria a necessidade de se olhar para frente, para construir uma nação forte, e que seria inconveniente olhar para trás enquanto um país tão grande como o Brasil necessitava de tanta coisa a ser feita^{xxxv}. Tais discussões ganham destaque e se aproveitam de um país que se mostrava empolgado com a promessa de abertura política, tão esperada pela sociedade civil. Mais uma vez, a luta por justiça foi desmerecida e desqualificada, agora tendo ao fundo a ideia

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979–1985)

SILVA, L. A. DA.

de que o presente de “paz” e o futuro democrático estariam ameaçados por aqueles taxados como “hipócritas” por exigirem reparação ou, ao menos, reconhecimento.

Já próximos das eleições presidenciais, que aconteceriam ainda de modo indireto no início de 1985, e que ficou marcada pela disputa entre Paulo Maluf, um dos líderes da antiga Arena e candidato à presidência pelo Partido Democrático Social (PDS), partido que funcionou como base de apoio ao governo após a restauração do pluripartidarismo, e Tancredo Neves^{xxxvi}, senador mineiro pelo PMDB, considerado um conciliador e apoiado por boa parte da oposição, o presidente Figueiredo declarou que

a eleição de Tancredo Neves ensejará a deflagração de um processo revanchista jamais visto na história de nosso país, pois o candidato da “Aliança Democrática” não terá pulso nem condições de refrear a explosão revanchista dos grupos comprometidos com as esquerdas e de ideologias alienígenas que acompanha^{xxxvii}.

Temos uma preocupação evidente do presidente em relação ao que aconteceria após a eleição de um candidato da oposição, que poderia desencadear uma onda revanchista, algo que não ocorreu, visto que o discurso de reconciliação e pacificação acabou por tomar conta também de boa parte daqueles que se encontravam contra o regime, seja por medo do retrocesso na abertura ou por conveniência. O que temos é uma acomodação de forças, em que pesou mais a permanência das elites alinhadas ao poder, e não novos projetos de sociedade que visavam uma melhoria na qualidade de vida da população. Com isso, as Forças Armadas “conseguiram prerrogativas políticas extraordinárias, que as mantêm como um dos atores políticos centrais, com grande poder informal, sobretudo em momentos de crise política”^{xxxviii}. Ou seja,

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979–1985)

SILVA, L. A. DA.

temos a permanência de uma determinada estrutura que não colocou em risco nem os militares, nem seus apoiadores.

Em resposta ao pronunciamento do então presidente, Tancredo Neves denunciou o que considerou um esboço de reorganização de grupos radicais de direita, os quais estariam tentando interferir no processo político. Ao abordar a questão do revanchismo, afirmou: “pior do que a esquerdização tão decantada no país, é enfrentar os grupos de direita encrustados no poder. A esquerdas podem agitar, mas esses grupos tem o poder de perturbar a ordem, desrespeitar as normas constitucionais e, mais ainda, desacatar as autoridades constituídas”^{xxxix}. Tancredo estava aqui fazendo uma referência aos grupos de direita que promoveram diversos atentados durante o período de ditadura e anteriormente, e que se colocavam contra a redemocratização do país. Sobre o rótulo de que seria revanchista, comentou que “se há um cidadão que tem horror ao revanchismo, sou eu. E vou além: prego contra há vários anos de maneira invariável, constante e irretratável”^{xl}, demonstrando seu viés pacífico e de que não estaria disposto a promover grandes mudanças.

Neste mesmo período, em meio às campanhas eleitorais, os comandos do Exército e da Aeronáutica emitiram notas a respeito do crescimento de manifestações entendidas como revanchistas, que estariam sendo observadas nos comícios e demais discussões políticas. Os órgãos militares declararam ainda sua isenção em relação às atividades político-partidárias, mas advertiram que a radicalização poderia representar um risco para a estabilidade do processo sucessório para a presidência e para a abertura política. Nas notas emitidas pelas duas corporações, com anuência dos então ministros da Aeronáutica, brigadeiro Délio Jardim de Mattos, e do Exército, General Walter Pires

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979-1985)

SILVA, L. A. DA.

de Carvalho, foram destacados quatro pontos considerados críticos, os quais constaram idênticos nas duas notas:

- A crescente e preocupante radicalização política, com o apoio ostensivo das organizações clandestinas de esquerda;
- A utilização, na campanha presidencial, de calúnias, difamações e ofensas pessoais de toda natureza, numa escalada de âmbito nacional;
- A campanha de descrédito contra as autoridades civis e militares, conduzida com o objetivo de desacreditá-las perante a sociedade e dividi-la;
- A evidência dos riscos que a radicalização pode representar para a estabilidade do processo sucessório e para o próprio êxito do projeto de abertura política do governo^{XLI}.

De acordo com o jornal *Correio de Notícias*, as notas apresentaram duas advertências que seriam consideradas fundamentais pelos militares: “1) Qualquer radicalização política nos próximos comícios será coibida com toda a severidade que a lei permitir; 2) O exército, como instituição, não toma partido de nenhum candidato à Presidência da República”^{XLII}. Merece destaque o modo como os militares se colocavam como uma força responsável pela moralidade das eleições e organizadoras do próprio processo sucessório, exercendo funções que extrapolam suas obrigações, embora durante os anos de ditadura, sua presença tenha se dado em praticamente todos os âmbitos do Estado – tais aspirações se mostram presentes ainda hoje, quando militares opinam e interferem em áreas que fogem de suas alçadas. Mesmo afirmando não tomar partido por nenhum candidato, o porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, afirmou que as notas emitidas pelos militares apresentavam as mesmas preocupações do presidente João Figueiredo e reiteram seus propósitos^{XLIII}. A colocação do porta-voz revela que a caserna estaria alinhada ao projeto político defendido pelo governo e seu

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979–1985)

SILVA, L. A. DA.

partido de sustentação, e uma ação exagerada das oposições colocaria em risco o processo em curso, que estava prestes a escolher um presidente civil após anos de militares ocupando o cargo máximo do executivo federal.

Passadas as eleições, ao assumir a presidência, José Sarney afirmou que não aceitaria pressões que pudessem comprometer o país. O então presidente condenou todas as práticas que pudessem ser entendidas como revanchistas, e lembrou a afirmação feita por Tancredo Neves, quando destacou que “a anistia beneficiava a ambas as partes, isto é, as vítimas da repressão e aos que participaram dos esquemas militares e para-militares de repressão”^{XLIV} – como principal exemplo deste último, temos o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), grupo de extrema direita formado por estudantes e policiais. Contudo, Sarney salientou que “o que aconteceu depois da anistia tem de ser esclarecido, para que os responsáveis por crimes sejam colocados à disposição da justiça”^{XLV}.

Entre diversos casos de atentados cometidos após a anistia, um caso específico estava naquele momento gerando muita movimentação na imprensa e mobilizando a opinião pública, tendo sido citado por Sarney como um crime que precisava ser elucidado, tratava-se do caso do assassinato do jornalista e escritor brasileiro Alexandre Von Baumgarten e o desaparecimento de sua mulher, em outubro de 1982. O jornalista havia denunciado um esquema de lavagem de dinheiro envolvendo órgãos do governo e teria deixado um dossiê relatando, além do caso, que sua morte já teria sido encomendada por agentes do SNI^{XLVI}. O caso ainda permanece sem solução e muitas suspeitas pairam sobre o processo. Ocorre que, mesmo após a anistia, crimes como este citado, o atentado a bomba contra a sede da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro, que resultou na morte da secretária Lyda Monteiro, em 1980, o atentado frustrado no Riocentro, em 1981, que resultou na morte de um sargento do Exército,

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O
REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979–1985)

SILVA, L. A. DA.

diversas outras explosões em bancas de jornais que vendiam periódicos da imprensa alternativa no país, entre outros eventos criminosos, nunca foram desvendados e os responsáveis não foram responsabilizados.

Considerações finais

Ao colocar em prática uma proposta de reconciliação política, que evitasse qualquer tipo de punição ou reconhecimento das práticas criminosas praticadas por agentes em nome do Estado brasileiro, temos a produção de um silêncio que ecoa injustiças e reproduz traumas. Como resultado, temos hoje uma parcela considerável da sociedade que desconhece o que foi e como funcionou o governo ditatorial instalado no Brasil por meio do golpe de 1964. Em partes, isso ocorre em razão do apagamento da memória coletiva a respeito dos mecanismos de repressão e controle utilizados pelo aparato militar, da ocultação da violência aplicada no período e da falta de reconhecimento de que parte da sociedade e do empresariado participaram do golpe e contribuíram com a sustentação das estruturas do regime^{XLVII}.

Logo após a queda do AI-5, temos uma tentativa, por parte dos militares e seus apoiadores, de reafirmar a ideia de que tratou-se de uma fase da “revolução”, algo planejado, assim como a violência perpetrada, que teria justificada com o argumento de que seu objetivo seria garantir uma suposta normalidade democrática, mesmo que sob o custo de 21 anos de arbítrio. Os silenciamentos propostos durante o período de redemocratização, de modo especial, mas não somente, acabaram por interditar este passado recente, promovendo a não inscrição destes acontecimentos na memória social. Mesmo com alguns tímidos avanços, como os promovidos pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), os horrores, a corrupção, os privilégios e demais incoerências da

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979–1985)

SILVA, L. A. DA.

ditadura ainda são pouco conhecidos pela sociedade, e o papel atribuído dos militares em nosso país continua deturpado, e nossa democracia se mostra um tanto ameaçada.

O tema do revanchismo aqui discutido, que se mostrou uma preocupação principalmente por parte das cúpulas militares, demonstram uma tentativa deliberada de controlar o quanto de passado deveria vir para superfície, e o quanto isso interfere nas interpretações a respeito do papel e ação dos militares na sociedade. As análises aqui propostas estão longe de esgotar os debates sobre o assunto e o período em questão. Novas investigações são necessárias para compreender estes anos que tantas marcas deixaram na sociedade brasileira e ainda se fazem presentes no caminho democrático que o país tenta seguir.

Notas

^I MOTTA, 2021, p. 273.

^{II} SNI, ACT-ACE 1336, 1981.

^{III} ACT-ACE 482, 1980.

^{IV} NAPOLITANO, 2014.

^V GAGNEBIN, 2010, p. 179.

^{VI} REIS, 2010, p. 173.

^{VII} ARTURI, 2017.

^{VIII} BAUER, 2014, p. 124.

^{IX} PEREIRA, 2015, p. 884.

^X Nos últimos anos, tivemos diversas manifestações pedindo, inconstitucionalmente, intervenção militar. Sobre tais manifestações, ver, por exemplo: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/09/5035117-na-esplanada-manifestantes-atacam-o-stf-e-pedem-intervencao-militar.html>>. Acesso em: 15 set. 2022.

^{XI} LUCA; MARTINS, 2006, p. 11.

^{XII} SILVA; FRANCO, 2010, p. 5.

^{XIII} GREGOLIN, 2007, p. 16.

^{XIV} LOHN, 2016, p. 61.

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O
REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979–1985)

SILVA, L. A. DA.

^{xv} FERREIRA, 2007.

^{xvi} BERSTEIN, 1998, p. 353.

^{xvii} MOTTA, 2018, p. 115.

^{xviii} FICO, 2015, p. 67.

^{xix} A promulgação do Ato Institucional número 2, de 27 de outubro de 1965, extinguiu os partidos políticos e colocou fim ao pluripartidarismo, em vigência desde 1945. Com isso, foram criados dois partidos: Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sendo o primeiro a base política de apoio ao governo e o segundo o partido oposicionista – uma oposição controlada, vale salientar.

^{xx} Em setembro de 1968, Márcio Moreira Alves fez um discurso onde pediu o boicote às manifestações do dia 7 de setembro e solicitou que as mulheres não namorassem militares que apoiassem o governo ou que se mantivessem neutros. Após a fala do deputado, a “linha dura”, que se dizia extremamente ofendida, passou a pressionar o governo a tomar atitudes mais incisivas no combate a tais posicionamentos. Costa e Silva acabou por requerer a abertura de processo para a posterior cassação dos direitos políticos do deputado Márcio Moreira Alves e também do deputado Hermano Alves, do MDB da Guanabara – este último processado por ter criticado o governo em artigos publicados no jornal Correio da Manhã. O processo foi encaminhado à Câmara dos Deputados no dia 12 de dezembro de 1968 para votação, sendo negado por 216 votos contra, 141 a favor e 15 abstenções. Com o fracasso na tentativa de cassar os deputados considerados subversivos, o executivo federal editou, já no dia 13 dezembro de 1968, o AI-5 e o Ato Suplementar número 38, dando ares de legalidade e respaldo jurídico para ações autoritárias (LEMOS, 2004).

^{xxi} ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 87.

^{xxii} ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 87.

^{xxiii} ANTUNES, 2008, p. 239.

^{xxiv} LEMOS, 2004.

^{xxv} O fim do AI-5, no início de 1979, foi assegurado por meio da Emenda Constitucional nº 11, de outubro de 1978, que além de extinguir o ato, impôs o fim da censura prévia para rádio e TV, garantiu o reestabelecimento do habeas corpus, a revogação das penas de morte, prisões perpétuas, restauração da independência do poder judiciário, entre outras coisas. Contudo, foram mantidas e incorporadas algumas “salvaguardas para a defesa do Estado” (CODATO, 2005, p. 99), as quais institucionalizavam o regime, destinadas à manutenção de poderes discricionários por parte do executivo, sem necessidade do uso dos atos

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O
REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979–1985)

SILVA, L. A. DA.

de exceção. Foi criado, por exemplo, o “estado de emergência”, que poderia ser decretado pelo presidente sem necessidade de consulta prévia ao Congresso.

xxvi CORREIO DE NOTÍCIAS, 21 jun. 1979, p. 7.

xxvii CORREIO DE NOTÍCIAS, 21 jun. 1979, p. 7.

xxviii DIÁRIO DO PARANÁ, 19 dez. 1979, p. 5.

xxix DIÁRIO DO PARANÁ, 19 dez. 1979, p. 5.

xxx LEMOS, 2004, p. 415.

xxxi DIÁRIO DO PARANÁ, 12 fev. 1981, p. 4.

xxxii TELES, 2010.

xxxiii DIÁRIO DO PARANÁ, 19 dez. 1979, p. 5.

xxxiv MOTTA, 2021, p. 253.

xxxv DIÁRIO DO PARANÁ, 21 fev. 1981, p. 6.

xxxvi Tancredo Neves, eleito em janeiro de 1985, veio a falecer em abril do mesmo ano, tendo sido internado antes mesmo de sua posse. Em seu lugar, assumiu José Sarney, então vice-presidente e antigo apoiador da ditadura que migrou para a frente de oposições, filiando-se ao PMDB para concorrer às eleições presidenciais. Sarney governou o país até o início de 1990.

xxxvii CORREIO DE NOTÍCIAS, 18 set. 1984, p. 6.

xxxviii ARTURI, 2017, p. 8.

xxxix CORREIO DE NOTÍCIAS, 19 set. 1984, p. 6.

xl CORREIO DE NOTÍCIAS, 19 set. 1984, p. 6.

xli CORREIO DE NOTÍCIAS, 22 set. 1984, p. 5.

xlII CORREIO DE NOTÍCIAS, 22 set. 1984, p. 5.

xlIII CORREIO DE NOTÍCIAS, 22 set. 1984, p. 5.

xlIV CORREIO DE NOTÍCIAS, 3 jul. 1985, p. 6.

xlV CORREIO DE NOTÍCIAS, 3 jul. 1985, p. 6.

xlVI Maiores informações: MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Baumgarten expõe as vísceras do SNI. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/baumgarten-expoe-as-visceras-do-sni>> Acesso em: 15 fev. 2022.

xlVII STARLING, 2015.

Fontes

ACT-ACE 482. Serviço Nacional de Informações. *Arquivo Nacional*, Brasília, 22 de maio de 1980.

ACT-ACE 1336. Serviço Nacional de Informações. *Arquivo Nacional*, Brasília, 24 de agosto de 1981.

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O
REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979–1985)

SILVA, L. A. DA.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba, 21 de junho de 1979.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba, 18 de setembro de 1984.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba, 19 de setembro de 1984.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba, 22 de setembro de 1984.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba, 3 de julho de 1985.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 19 de dezembro de 1979.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 12 de fevereiro de 1981.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 17 de fevereiro de 1981.

DIÁRIO DO PARANÁ. Curitiba, 22 de fevereiro de 1981.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Priscila. Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile. In: FICO, Calos et al (Orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 201–244.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. **Operários e estudantes contra a ditadura**: 1968 no Brasil. *Mediações*, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78–89, 2007.

ARTURI, Carlos S. Transição para Democracia no Brasil. In: SALATA, André Ricardo; MARQUES, Teresa Cristina Schneider; PONTIN, Fabrício (Orgs.). **30 anos de democracia no Brasil**: avanços e contradições. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017, p. 7–17.

BAUER, Caroline Silveira. **Conciliação e revanchismo ao término da ditadura civil-militar brasileira**: a perpetuação do medo através do perigo da “argentinização” da transição política. *Diálogos*, Maringá, v. 18, n. 1, p. 121–145, jan./abr. 2014.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre. SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349–363.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 83–106, nov. 2005.

FERREIRA, Lucia Maria Alves. Uma memória da normatização da conduta feminina na imprensa. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (Orgs.).

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979-1985)

SILVA, L. A. DA.

Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 57-71.

FICO, Carlos. Violência Repressão e Sociedade. In: FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo:** da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015, p. 61-87.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura:** a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 177-186.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007.

LEMONS, Renato. Poder Judiciário e poder militar (1964-69). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 409-436.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. História, política e mídia no Brasil em redemocratização. In: GONÇALVES, Janice (Org.). **História do tempo presente:** oralidade, memória, mídia. Itajaí: Casa Aberta, 2016, p. 59-76.

LUCA, Tânia Regina De; MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa e cidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas, historiografia e escrita da história. In: LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). **História nas bancas de revistas:** um país impresso: entre representações sociais e culturas políticas. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016, p. 25-47.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Cultura política e ditadura:** um debate teórico e historiográfico. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan./mar. 2018.

_____. **Passados presentes:** o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** história do regime militar brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

PEREIRA, Matheus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 863-902, 2015.

PELA PAZ E O PERDÃO, CONTRA A RADICALIZAÇÃO: MILITARES E POLÍTICOS CONTRA O
REVANCHISMO DURANTE A TRANSIÇÃO POLÍTICA (1979-1985)

SILVA, L. A. DA.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan./jun. 2010.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 4, n. 8, p. 1-11, jul./dez. 2010.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. Silêncios da ditadura. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 37-46, jul. 2015.

TELES, Janaína de Almeida. As disputas pela interpretação da Lei de Anistia de 1979. **Idéias**, Campinas, n. 1, p. 71-93, 1º sem 2010.